

Perfil dos domicílios e grupos familiares com crianças nas escolas de Minas Gerais do século XIX

Marcus Vinícius Fonseca*

Resumo:

Este trabalho foi construído a partir da aproximação entre a história da educação e os estudos demográficos sobre Minas Gerais, principalmente aqueles que tratam das questões relativas às famílias. Utilizamos como material de pesquisa um conjunto de listas nominativas de habitantes que constitui uma documentação censitária, proveniente de algumas tentativas de contagem da população mineira, nos anos de 1830. Essa documentação foi utilizada como principal elemento para a construção de uma classificação dos domicílios que possuíam crianças nas escolas de instrução elementar, permitindo a descrição dessas unidades de moradia com base em aspectos como posse de escravos, ocupação dos chefes de domicílio e composição dos grupos familiares. Procuramos também destacar o comportamento de segmentos mais específicos da população que estavam ligados às escolas. Entre eles, destacam-se os grupos compostos pelos negros livres e pelas mulheres que ocupavam a chefia de seus domicílios.

Palavras-chave:

história da educação; Minas Gerais; demografia; família-escola.

* Professor adjunto no Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Profile of householders and family groups with children in the schools of Minas Gerais in the 19th century

Marcus Vinícius Fonseca

Abstract:

This work was done from an approach between educational history and other demographic studies about Minas Gerais, mainly those which treat the issues related to families. The material used for research is a range of nominative lists of inhabitants which constitute a documental search (sensus) that comes from some temptations to count the Minas Gerais population in the 1830s. This documentation was used as the main source to build a classification of householders who have children in the elementary schools allowing, in this way, the description of those house units from the aspect of their posses of slaves, the main occupation of the family head and their family groups composition, too. It also aims to highlight the behavior of specific segments of the population that were linked to the schools, among them highlights the group constituted by free black people and women who were the main head of the family.

Keywords:

educational history; Minas Gerais; demography; family-school.

Introdução

A historiografia tem se movido no sentido de aprofundar-se na temática do desenvolvimento da sociedade mineira e isso tem resultado no estabelecimento de considerações que apontam para a singularidade da trajetória percorrida pela região representada por Minas Gerais. Essa singularidade pode ser percebida por meio de alguns aspectos indicados pelas pesquisas, dentre os quais merecem destaque o processo de superação da economia de monocultura, as formas de recomposição do plantel de escravos e o perfil racial das escolas de instrução elementar.

O debate em torno das questões econômicas está relacionado a um processo de revisão que passou a problematizar a crise que envolveu a atividade de mineração durante o século XVIII. Até os anos de 1980, vigorava na historiografia o entendimento de que a crise na área da mineração teria resultado na decadência econômica da capitania de Minas Gerais. O fato de Minas Gerais continuar possuindo o maior plantel de escravos do país passou a ser interpretado como algo contraditório em relação à ideia de crise, ou seja, como poderia haver crise econômica em uma sociedade que utilizava em larga escala o trabalho escravo? Essa contradição passou a mobilizar pesquisas empíricas que terminaram por revelar que a crise na mineração resultou em uma transformação da economia mineira, que evoluiu da atividade de monocultura para uma configuração mais diversificada. Esse perfil econômico seria uma das mais importantes características da sociedade mineira ao longo de todo o século XIX (Paiva, 1996)¹.

O processo de constituição de uma economia diversificada é um dos aspectos que diferenciavam Minas Gerais das demais regiões brasileiras. O mesmo pode ser dito com relação ao processo de recomposição do plantel de escravos, que, segundo pesquisas mais recentes, não se dava exclusivamente por meio do tráfico de africanos, pois uma parte desses

1. Clotilde Paiva (1996) desenvolveu essa abordagem a partir dos estudos pioneiros sobre esse tema desenvolvidos por Roberto Borges Martins, nos anos de 1980.

trabalhadores era proveniente da reprodução no interior do próprio cativeiro. Segundo Bergad (2004, p. 21):

Comprovações documentais bastante evidentes demonstram que o impressionante aumento demográfico dos escravos de Minas durante o século 19 resultou em grande parte da reprodução natural, e não da importação da África por meio do comércio escravagista. Não existe nenhum outro exemplo conhecido de qualquer sociedade escravagista de grande porte na América e no Caribe em que isto tenha ocorrido, e há muitíssima probabilidade de que este seja um exemplo único na história da escravidão no Brasil.

A importância da trajetória percorrida por Minas Gerais é reafirmada ainda pelo predomínio dos negros nas escolas de instrução elementar. No século XIX, as escolas mineiras possuíam um perfil racial que se assemelhava ao da população, ou seja, os negros representavam o grupo racial que dominava a estrutura demográfica de Minas (inclusive na população livre)² e isso se reproduzia nas escolas de instrução elementar, que eram majoritariamente frequentadas por crianças negras. Esse aspecto da sociedade mineira é um elemento importante para ampliar a reflexão em torno da relação entre a escravidão e os processos que envolviam a escolarização³:

2. Clotilde Paiva (1996) utilizou os dados censitários referentes à década de 1830 para estabelecer uma estimativa da população livre de Minas e registrou o número de 269.916 indivíduos nessa condição. Segundo ela, essa população era composta por 59% de negros (pardos, crioulos, africanos) e 41% de brancos. Quando acrescentamos à população livre os dados que essa mesma pesquisadora apresenta sobre o plantel de escravos, 127.366 indivíduos – quase metade da população livre – não resta dúvida quanto à presença hegemônica dos negros na população mineira.
3. As conexões entre a escravidão e os processos relacionados à educação têm sido pouco problematizadas pela historiografia educacional. De modo geral, as interpretações produzidas nesse campo do conhecimento têm-se limitado a afirmar que os escravos (muitas vezes confundidos com os negros) eram proibidos de frequentar escolas, e isso tem sido utilizado como um subterfúgio para o não tratamento das diferentes formas de relação entre as práticas educativas e a escravidão. A escravidão foi uma das instituições mais presentes no processo de construção da sociedade brasileira e suas influências foram disseminadas nas mais diferentes áreas. A importância da

Ao contrário do que se supunha, a escravidão não interferia nesta relação e não produzia impedimento para que os negros frequentassem escolas e nem tampouco diminuía as expectativas deste grupo em relação ao processo de escolarização. De certa forma, a escravidão criava até mesmo impulsos contrários, fazendo com que os negros livres buscassem a escola como uma forma de afirmação da sua condição e como demonstração de um domínio dos códigos de liberdade [Fonseca, 2007, p. 236].

O aprofundamento dos estudos em diferentes campos da história vem demonstrando a singularidade do processo de desenvolvimento da sociedade mineira. Isso se tornou possível em função do aumento na produção de pesquisas e do refinamento dos procedimentos de análise que, entre outras consequências, passaram a explorar novas fontes e a considerar as questões a partir de uma abordagem interdisciplinar que utiliza procedimentos de áreas como economia, demografia, educação e antropologia.

Neste artigo pretendemos acompanhar essa perspectiva interdisciplinar para abordar a questão do perfil dos domicílios e grupos familiares com crianças que se encontravam em processo de escolarização, em Minas Gerais, nos anos de 1830. Este é um tema importante para uma compreensão mais apurada dos processos sociais que envolveram a sociedade mineira, pois amplia as possibilidades de descrição do público que se encontrava nas escolas e suas estratégias de afirmação no espaço social.

Para elaborar um perfil dos grupos envolvidos com os processos de escolarização, utilizamos como material de pesquisa uma documentação censitária proveniente de uma das primeiras tentativas de contagem da população de Minas Gerais. Trata-se de um conjunto de listas nominativas de habitantes que registraram a população de várias localidades mineiras a partir dos *fogos*, que era a forma de se referir aos domicílios nos censos do século XIX. As listas nominativas registraram o *nome*

escravidão precisa ser reconhecida e considerada nas interpretações relativas ao processo de desenvolvimento da educação na sociedade brasileira.

de cada um dos membros do fogo/domicílio, a *qualidade* (branco, preto, pardo, crioulo, africano, índio), a *condição* (livres ou escravos); a *idade*, o *estado civil* e, por último, a *ocupação*, ou seja, a atividade exercida por cada indivíduo. No campo que se refere à ocupação, algumas listas registraram os indivíduos que se encontravam em processo de escolarização.

Para a elaboração da análise, selecionamos as listas que registram pelo menos 24 crianças nas escolas, pois, de acordo com a legislação mineira, esse era o número mínimo estabelecido pelo governo para justificar a existência de uma aula pública em um distrito da província. Esse critério foi aplicado às listas nominativas produzidas no início da década de 1830 e isso implicou a seleção das listas de 11 distritos. São eles: São Bartolomeu, Cachoeira do Campo, Catas Altas, Passagem de Mariana, Itaverava, Redondo, Bom Fim (comarca de Ouro Preto), Matosinhos, Santa Luzia, Caeté (comarca do Rio das Velhas) e São Gonçalo (comarca do Rio Sapucaí).

Classificação dos domicílios nas listas nominativas de habitantes

Os primeiros estudos sobre grupos familiares realizados no Brasil concentraram-se quase de forma exclusiva na descrição do comportamento do grupo familiar patriarcal. Este era tido como um grupo composto pelo núcleo conjugal, seus filhos, parentes, agregados e escravos, abrigados todos sob o domínio de um patriarca que se projetava como detentor do poder e da riqueza.

O conceito de família patriarcal tinha como elemento organizador a precária constituição política da sociedade brasileira, que, sobretudo no período colonial, seria caracterizado por uma ausência do Estado, o que teria permitido aos grandes proprietários reter em suas mãos um poder que teria feito deles *senhores das terras e das gentes*. O declínio do poder patriarcal também se explicaria por meio do Estado e estaria

ligado a uma ação estatal mais efetiva, que passou a ocorrer a partir do século XIX, e teria progressivamente minado o poder dos grandes patriarcas. Esse processo teria culminado com a transformação da família patriarcal, que, ao perder a sua função produtiva, teria se transformado em família nucleada, passando a organizar-se a partir dos laços de afeto (Teruya, 2000).

Este modelo explicativo que pretendia abarcar a sociedade brasileira em diferentes períodos e espaços, atualmente, passa por um processo de revisão, que vem estabelecendo uma descrição mais ampla para o processo de organização da família brasileira. Para Samara (1997, p. 10):

O início desse processo de revisão dos grandes mitos e arquétipos sobre a sociedade brasileira, ocorridos nos anos 70, deu base para que os estudos realizados na década de 80 se caracterizassem por uma maior pluralidade. Esses vão tratar, sobretudo, do papel dos sexos, do casamento, do concubinato, da sexualidade, das famílias, dos segmentos expropriados e do processo de transmissão de fortunas. Inventários, testamentos, processos de divórcio e de legitimação, crimes, autos cíveis, entre inúmeros outros documentos, ao serem analisados levantaram questões e romperam enraizamentos perpetuados por gerações de estudiosos, definindo, a partir desse momento, novas imagens da família brasileira.

A nova imagem da família na historiografia brasileira passou a ser caracterizada pela pluralidade de abordagens estabelecendo limites para a forma como se utilizava o conceito de família patriarcal; movimentou-se também em direção a um processo de construção de outros modelos de família que passaram a ser admitidos como elementos explicativos da dinâmica social.

O movimento de revisão promovido pela historiografia possibilitou uma compreensão mais apurada da atuação de diferentes grupos no processo de construção da sociedade brasileira. Um dos aspectos mais interessantes desse processo está ligado à tematização das experiências familiares que envolviam os escravos. Este era um tema totalmente ne-

gligenciado pela historiografia e passou a ser investigado com alguma regularidade, chegando mesmo a ofuscar as pesquisas sobre outros grupos sociais. Segundo Botelho (2004, p. 3), “ironicamente, a família escrava acabou sendo mais estudada que a família livre, fazendo com que hoje tenhamos uma bibliografia mais rica nesse campo que era praticamente ignorado a poucas décadas atrás”.

A ideia de família escrava foi importante para ampliar o nível de compreensão sobre o processo de constituição da escravidão e sobre as diferentes atitudes e possibilidades dos sujeitos envolvidos nas relações sociais engendradas a partir do escravismo. Esse tema teve uma importância capital na historiografia brasileira e em particular na história de Minas Gerais, pois, como vimos, a reprodução dos escravos no interior do cativoiro passou a ser um dado importante na explicação da recomposição dos plantéis de escravos.

A documentação relativa às listas nominativas de habitantes desempenhou um papel fundamental na constituição do campo de estudos ligado à família na historiografia brasileira. Essas listas foram um dos pilares pelos quais os modelos de família e os demais temas ligados a esta área passaram a ser investigados. Exemplo disso é o trabalho pioneiro de Maria Luiza Marcílio (2000), que foi uma das primeiras pesquisadoras a utilizar este material nas pesquisas que desenvolveu sobre São Paulo⁴.

Tendo como referência as listas nominativas de São Paulo, Marcílio (2000) realizou um importante estudo sobre demografia histórica, contribuindo para a superação da ideia de que a família patriarcal extensa era um modelo que se impunha para toda a capitania paulista. Ao analisar o perfil dos domicílios descritos pelas listas nominativas da passagem do século XVIII para o XIX, ela constatou que 78,4% de todos os grupos

4. Esse trabalho da historiadora Maria Luiza Marcílio foi publicado no ano 2000, mas trata-se de uma tese de livre-docência apresentada em 1974, ao Departamento de História da USP. Nos anos de 1970, Maria Luiza Marcílio foi uma das responsáveis pela introdução da história demográfica no Brasil.

domésticos eram formados por uma única família e que, mesmo considerando os escravos, a média de pessoas por domicílio nunca foi grande.

A importância desse material também pode ser constatada por meio do estudo sobre as famílias escravas elaborado por Robert Slenes (1999), que recorreu às listas nominativas como parte da documentação que utilizou para contestar a visão dos escravos como um grupo anômico que desconhecia as experiências de natureza familiar. A análise dos domicílios registrados nas listas nominativas permitiu a constatação da frequência com que havia relações envolvendo escravos, e isso levou Slenes (1999) a considerar que o processo de dominação vivido por esses indivíduos não os impedia de construir experiências afetivas que possibilitavam o surgimento de laços familiares.

Os estudos de Marcílio (2000) e Slenes (1999) são dois bons exemplos da importância dessa documentação para os estudos dos temas ligados à família, mas, na verdade, há uma série de estudos que recorrem a esse material e trazem contribuições importantes para o desenvolvimento do tema na historiografia brasileira⁵.

Nas listas nominativas elaboradas sobre algumas regiões é possível encontrar grupos que foram registrados com base nas relações de parentesco, ou seja, as listas apresentam os domicílios assinalando as relações entre os diferentes indivíduos que neles se faziam presentes (pai, mãe, irmãos etc.). Esse tipo de registro permite a problematização de um conjunto de questões que dizem respeito à composição dos grupos familiares e seus diferentes membros.

As listas nominativas que utilizamos não possuem essa qualidade, pois estão organizadas a partir dos domicílios, mas não é assinalada a condição de cada indivíduo dentro do grupo, ou seja, podemos encontrar o registro de pessoas que são casadas, mas não é assinalado quem são seus filhos, parentes ou agregados. A estrutura familiar não é privilegiada no registro das listas nominativas que compõem essa documentação.

5. Parte desses estudos encontra-se no boletim do Núcleo de Estudos em História Demográfica (NEHD): <<http://www.brnuede.com>>.

Em alguns casos, só podemos reconhecer a presença de um grupo que poderia ser definido como familiar a partir da compreensão da lógica que ordena as informações.

Dessa forma, o contato com as listas nominativas torna-se fundamental para que possamos identificar relações do tipo familiar no interior dos domicílios. Por exemplo, quando o chefe do domicílio é do sexo masculino e casado, geralmente o nome da esposa aparece após o seu e, logo em seguida, os dos filhos. Quando encontramos um domicílio em que estes eram os únicos membros, fica claro que se tratava de uma família que reunia um casal e seus descendentes diretos. Neste caso, mesmo quando há escravos, é possível definir o grupo familiar, pois, apesar de os escravos viverem no mesmo espaço, eles não podem ser computados como membros da família.

Em relação a isso, pode-se dizer que um dos elementos que favoreceram a universalização da ideia de família patriarcal se encontra na forma de compreender as relações entre a casa-grande e a senzala, e as próprias relações entre os escravos. O fato de os escravos terem sido descritos como indivíduos que viviam em uma situação de proximidade e ambiguidade com o grupo senhorial influenciou na construção de uma visão que os reduziu ao poder da família de seus senhores. Essa situação é irreal, pois, embora existissem inúmeras formas de proximidade entre senhores e escravos, a convivência no espaço privado não nivelava as relações entre esses grupos.

A dificuldade de definição do núcleo familiar torna-se ainda maior quando temos um conjunto de indivíduos livres dos quais é impossível reconhecer relações de parentesco, ou mesmo o tipo de relação que tinham com o grupo familiar que estava situado no interior do domicílio. Em muitos casos, encontramos um ordenamento que apresenta um casal, em seguida seus filhos e, logo após, indivíduos adultos de quem não é possível saber a situação em relação ao núcleo familiar. Isso pode ser visto neste domicílio do distrito de Caeté. Isto pode ser visto no domicílio chefiado por Vitor José da Costa, extraído da lista do distrito de Caeté, que reproduzimos a seguir:

Quadro 1 – Domicílio de Caeté

Habitantes	Qualidade	Condição	Idade	Estado	Ocupação
Victor José da Costa	Pardo	Livre	38	Casado	Alfaiate
Justinianna	Parda	Livre	38	Casada	Rendeira
Maria	Parda	Livre	14	Solteira	Rendeira
Rita	Parda	Livre	10	Aprende a rendera
Ignez	Parda	Livre	07
Pedro	Pardo	Livre	06
Ignácio	Pardo	Livre	03	...	Aprende a ler
Joanna	Parda	Livre	02
Maria do Rozário	Parda	Livre	40	Solteira	Fiadeira

No interior desse domicílio temos um casal com um conjunto de indivíduos que foram listados por idade e, provavelmente, eram descendentes diretos de Victor José da Costa e Justinianna. O último membro é Maria do Rozário, que tem idade superior à do casal, mas não é possível definir o tipo de relação que tinha com o grupo. A ocupação de Maria do Rozário está em sintonia com o tipo de função produtiva exercida pelos membros do domicílio – era fiadeira, em um grupo no qual havia um alfaiate e rendeiras. Isso pode ser tomado como indício de sua relação com o grupo, ou seja, pode ser que a relação fosse determinada pelo trabalho. No entanto, havia sempre a possibilidade de que ela tivesse um parentesco com o casal, e seria isso que determinaria a relação, mas, considerando apenas as listas nominativas, nada disso é possível ser comprovado.

Quando o domicílio é chefiado por uma pessoa solteira, a situação torna-se ainda mais complexa. Quando há sobrenome, é possível perceber se tratava-se de membros de um grupo de parentesco, mas é impossível definir o grau de proximidade entre eles. Nas situações em que não há sobrenome, é muito difícil identificar o que unia os membros do grupo, como pode ser visto no domicílio de Itaverava, como pode ser visto por meio da reprodução do domicílio chefiado por Maria Joana, extraído da lista de Itaverava, que apresentamos a seguir:

Quadro 2 – Domicílio de Itaverava

Habitantes	Qualidade	Condição	Idade	Estado	Ocupação
Maria Joana	Crioulo	Livre	49	Solteira	Fiadeira
Maria	Crioulo	Livre	32	Solteira	Fiadeira
Magdalena	Crioulo	Livre	31	Solteira	Fiadeira
José	Crioulo	Livre	19	Solteiro	Jornaleiro
Joaquim	Crioulo	Livre	17	Solteiro	Roceiro
Francelino	Crioulo	Livre	07
Feliciano	Crioulo	Livre	34	Solteiro	Jornaleiro

É difícil identificar o elemento aglutinador desse conjunto de indivíduos no domicílio chefiado pela crioula Maria Joana. Todos pertenciam ao mesmo segmento racial, mas, em relação a isso, devemos considerar a atitude dos responsáveis pela elaboração das listas, que podiam descrever as pessoas a partir de um padrão que representaria o desejo de nivelá-las em um mesmo grupo racial. Esse tipo de comportamento é assinalado por Botelho (2004, p. 8) em relação aos documentos desse período:

Quando o pároco fazia o registro de casamento ou quando o juiz de paz construía sua lista de habitantes, eles poderiam tender a enxergar os cônjuges com a mesma raça/cor. Essa tendência seria muito mais uma expressão do desejo de harmonização social do que uma expressão da cor “real”, fenotípica, dos cônjuges. A homogamia seria mais uma construção social realizada no momento da constituição do casal do que uma expressão da “realidade” racial.

Esse comportamento pode ocorrer não só em relação à construção de uma uniformidade dos casais como também para os demais membros livres do domicílio. Isso coloca de lado a possibilidade de considerar apenas o registro sobre a raça o elemento aglutinador dos indivíduos. Portanto, tem pouco significado o fato de todos os membros do domicílio de Itaverava serem descritos como crioulos, pois, na verdade, esse não é um elemento que permite avaliar o padrão de unidade do grupo.

Os indivíduos desse domicílio não possuem sobrenome. As atividades produtivas são diversas e não ocorrem em situação de complemento ou de divisão de tarefas. A idade dos indivíduos é irregular, o que quer dizer que alguns podem ter parentesco direto (serem pais e filhos), ou serem simplesmente irmãos, ou mesmo nada disso, e pode haver outro tipo de ligação que não pode ser percebida pela análise das informações relativas a esse domicílio.

Portanto, na maioria dos casos, as listas nominativas permitem apenas intuir a presença de um grupo do tipo familiar, mas não é possível uma definição segura dos membros e o grau de proximidade entre eles. Isso impede que possamos utilizar de forma exclusiva a ideia de família para descrever o grupo ao qual estavam ligadas as crianças presentes nas escolas.

Para superar as dificuldades relativas às características do material escolhido para a análise, construímos uma classificação que descreve os domicílios a partir de um modelo do tipo familiar. Assim, desconsideramos as pessoas que foram registradas como escravas e utilizamos como referência o chefe do domicílio, que é sempre o indivíduo que aparece em primeiro lugar no interior de cada fogo. A este indivíduo, estavam ligados os demais membros, que, na maioria dos casos, tinham uma relação de dependência para com ele.

A partir desse modelo de classificação centrado na figura do chefe do domicílio, criamos cinco categorias que permitem descrever as unidades de moradia das crianças que estavam nas escolas com base em uma classificação do tipo familiar: domicílio de grupo familiar simples, domicílio de grupo familiar com agregado, domicílio de grupo familiar ampliado, domicílio de grupo chefiado por homens e domicílio de grupo chefiado por mulheres.

As três primeiras categorias que construímos têm em comum o fato de encontrarmos cônjuges no interior do domicílio. Assim, a classificação considerou não só o chefe, mas também o fato de ele ter uma situação conjugal reconhecida como legítima por aqueles que elaboraram a lista. Portanto, encontramos nesses domicílios um homem que ocupava

a chefia, que foi registrado como casado e que estava acompanhado por sua esposa⁶.

A primeira dentre essas três categorias que registram domicílios onde havia pessoas casadas foi denominada de *domicílio de grupo familiar simples* por corresponder ao padrão mais convencional de família para o mundo ocidental, ou seja, aquele em que há um homem e uma mulher reconhecidos como um casal e acompanhados pelos filhos. O registro do casamento, a idade dos indivíduos listados após o casal e, quando foi possível avaliar, o sobrenome indicam que se tratava de grupo familiar constituído por pais acompanhados de seus filhos.

No *domicílio de grupo familiar com agregado*, temos todos os elementos relativos à definição do grupo anterior, mas há sempre uma ou mais pessoas que não podem ser classificadas como descendentes do casal em função de a idade ser muito próxima, ou mesmo superior à dos cônjuges, ou em função de ser de condição forra, ou classificada em um grupo racial diverso do dos outros membros. Como vimos anteriormente no domicílio chefiado por Victor José da Costa, é geralmente após o registro dos filhos que são registrados os indivíduos ligados ao grupo, mas não há como saber o tipo de ligação (irmão do chefe ou do cônjuge, pai, mãe, feitor, trabalhador). Optamos por designá-los agregados, que é um termo amplo e bastante comum à organização social do século XIX.

A categoria de *domicílio de grupo familiar ampliado* descreve aqueles em que havia mais de um casal, ou seja, nos quais encontramos o chefe, sua esposa e outro casal, que podia inclusive estar acompanhado por filhos. Em geral, o segundo casal era formado a partir de um descendente direto do primeiro (filho ou filha), o que representaria uma situação de parentesco semelhante à das famílias simples e a vinculação de membros (genro ou nora) como agregados. Optamos pelo conceito de grupo familiar ampliado por levar em conta a situação de legitimidade matrimonial dos casais presentes no mesmo domicílio.

6. Quando há cônjuges, o homem é sempre registrado como chefe do domicílio.

As categorias *domicílio de grupo chefiado por homens* e *domicílio de grupo chefiado por mulheres* foram construídas tendo como referência a situação de chefia da unidade de moradia. Essas duas categorias são aplicadas a uma série de situações e registram domicílios em que a chefia é ocupada por um indivíduo registrado como solteiro ou viúvo, não sendo possível definir com clareza sua relação com os outros membros. Por exemplo, quando temos uma mulher registrada como viúva, é possível intuir que alguns membros do domicílio eram seus descendentes diretos, mas, pelos vários motivos que apresentamos para as situações anteriores, é difícil ter certeza dessa afirmação. Em outros casos, temos domicílios chefiados por membros do clero que estavam acompanhados por uma série de pessoas. É provável que, nestes casos, não houvesse ligação de parentesco, mas todos foram listados em uma situação de aparente dependência para com o chefe. Temos, ainda, aqueles domicílios nos quais encontramos indícios de que os membros eram irmãos da pessoa que ocupava a chefia, mas não é possível afirmar com certeza que se trata de um grupo familiar organizado por relações de parentesco.

Portanto, para contornar as incertezas em relação aos membros desses grupos chefiados por pessoas solteiras ou viúvas, utilizamos, para efeito de classificação, a designação *domicílio de grupo chefiado por homens* e *domicílio de grupo chefiado por mulheres*. A distinção de gênero é importante nesses casos, pois permite visualizar um padrão de comportamento que apresenta diferenças entre os dois sexos e, como veremos, isso está relacionado à inserção de crianças nas escolas.

Presença de escravos nos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar

Quando apresentamos as cinco categorias que utilizaremos para classificar os grupos aos quais estavam ligadas as crianças assinaladas como em processo de escolarização, deixamos claro que pretendíamos classificar os domicílios a partir de um modelo que se aproximasse do tipo familiar, por isso os escravos não foram considerados na elaboração

das categorias que construímos. Insistimos que o fato de livres e escravos compartilharem o mesmo espaço não implicava um nivelamento das relações que existiam entre eles⁷.

No entanto, se entendemos como impertinente qualquer classificação que considere os escravos parte do grupo do tipo familiar no interior dos domicílios registrados nas listas nominativas, isso não quer dizer que sua presença não fosse revestida de significado. Tendo como referência a importância dos escravos no mundo privado, construímos uma classificação que tem por objetivo avaliar seu nível de presença nos domicílios em que havia indivíduos nas escolas. Para isso, consideramos todos os domicílios que registraram crianças na escola nas listas dos 11 distritos, classificamos os que possuíam escravos e, em seguida, o número de escravos em cada um deles.

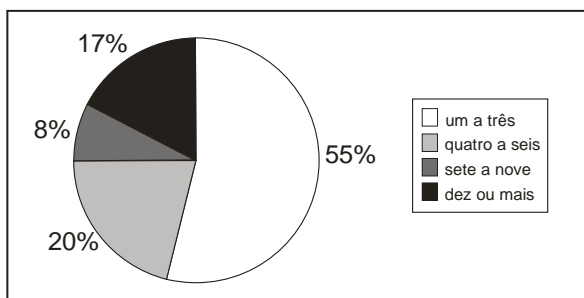
A maioria das unidades de moradia apresenta apenas um indivíduo frequentando a escola, e isso faz com que o número de domicílios seja relativamente próximo do número de pessoas registradas na escola. As onze listas nominativas apresentam 414 domicílios com indivíduos na escola, e em 44% deles foi registrada a presença de escravos, ou seja, em 183 domicílios. Portanto, 56% dos domicílios com crianças nas escolas não possuíam escravos e isso representa uma correspondência entre os dados populacionais e os relativos aos grupos que se faziam presentes nas escolas, pois, segundo Paiva (1996, p. 103) “em Minas havia um predomínio absoluto de fogos sem escravos. Apenas 32,5% dos chefes de

7. A coexistência de livres e escravos no interior do fogo pode ser compreendida de forma mais ampla quando consideramos a distinção que Laster (1984, p. 139) estabelece em relação a este tipo de domicílio, ao discutir a sua situação na Europa do período pré-industrial. Ele os caracteriza a partir de sua função básica como unidade de produção: “tomemos pois o domicílio com característica de grupo de trabalho, ou seja, aquele onde as pessoas que nele viviam estavam associadas para fins produtivos, sendo a produção mais importante que a moradia. Alguns, ou mesmo todos os membros desse grupo, podiam estar associados, para atender também a vários outros fins. A estrutura desta pequena sociedade é de tal sorte que a associação é limitada e em grande parte determinada por seu caráter de grupo de trabalho”.

fogos tinham pelo menos um escravo listado dentro da unidade, portanto, dois terços das unidades eram integradas apenas por pessoas livres”.

Nos domicílios (fogos) em que havia cativos, eles se faziam presentes em número não muito elevado. Para demonstrar essa situação, dividimos o número de escravos em quatro segmentos, contemplando os domicílios que possuíam entre 1 e 3 escravo(s), 4 e 6 escravos, 7 e 9 escravos, e os que possuíam 10 escravos ou mais. O resultado pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Número de escravos nos domicílios das crianças na escola de primeiras letras



Fonte: Listas nominativas de habitantes.

A maioria dos domicílios possuía de um a três escravos, mas, quando agregamos os dados do primeiro e do segundo grupos, ou seja, entre um e seis escravos, chegamos a 75%. Apenas 17% possuíam 10 ou mais escravos e o maior número registrado em um domicílio foi encontrado em Caeté, com 120 escravos que pertenciam ao barão de Catas Altas. Mas, no geral, os domicílios com 10 ou mais escravos não ultrapassavam o número de vinte indivíduos. Isto é mais uma forma de demonstrar a sintonia entre os aspectos relativos à população e o público da escola, pois, segundo análise elaborada por Paiva (1996, p. 103):

[...] estes escravistas mineiros eram em sua grande maioria pequenos proprietários. Cerca de um quarto dos fogos possuía apenas um cativo e mais da metade deles tinha até três escravos. A presença de proprietários de grandes

plantéis era muito baixa. Foram contabilizados (em toda província) apenas 199 fogos com número de cativos superior a 50 no total dos 20.429 que possuíam escravos.

Portanto, os dados relativos à presença de escravos nos domicílios que registraram crianças nas escolas indicam que a maioria deles era habitada apenas por pessoas livres e, naqueles em que havia escravos, estes não se faziam presentes em grande quantidade. Esses dados também revelam uma correspondência com os dados populacionais, ou seja, a posse de escravos na população estava em sintonia com o padrão que encontramos nos domicílios que possuíam crianças nas escolas.

Perfil dos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar

Como apontamos anteriormente, havia um predomínio dos negros nas escolas mineiras de instrução elementar e as listas nominativas podem ser tomadas como uma documentação que comprova essa realidade⁸. No conjunto das listas dos 11 distritos que tomamos para análise, foram registrados 575 indivíduos frequentando escolas de instrução elementar; destes, 72% eram negros e 28% eram brancos. Quando consideramos o perfil racial das escolas por distrito, constatamos que em dez deles os negros compunham a maioria. Apenas São Gonçalo configura-se exceção, pois nesse distrito havia 37 crianças registradas como “na escola” e apenas duas delas eram negras⁹. Portanto, trata-se da única localidade que

8. Para compor o grupo representado pelos negros agregamos os dados que se referiam aos indivíduos designados por diferentes termos (pardos, crioulos e cabras). Para uma problematização dos diferentes termos utilizados em relação a este segmento racial, ver Fonseca, 2007.

9. Essa diferença entre São Gonçalo e os demais distritos que compõem a amostra é uma consequência de variações regionais, pois, ao contrário dos demais distritos na região central de Minas, São Gonçalo estava ao sul da província, onde havia uma configuração específica em relação a aspectos econômicos e demográficos.

corresponde à imagem tradicionalmente construída sobre as escolas do século XIX, cujo pressuposto é a ausência quase absoluta de negros.

O perfil racial dos chefes de domicílio aproxima-se dos dados relativos às crianças em processo de escolarização. Na maioria das vezes, o indivíduo que ocupava a chefia do domicílio tinha relação de parentesco direto com a criança que estava na escola – em muitos casos, eram os pais ou um parente. Dessa forma, os dados sobre o perfil racial desses indivíduos não destoam daqueles que constatamos em relação às crianças, pois 67% dos chefes de domicílio com crianças nas escolas eram negros e 33% eram brancos.

O conjunto dos dados relativos aos domicílios onde viviam alunos das escolas de instrução elementar indica que esses grupos possuíam uma situação econômica que os excluía dos grupos mais favorecidos economicamente. Essa afirmação é corroborada pelo perfil racial das crianças que foram assinaladas como “em processo de escolarização” e pelo dos chefes de domicílio onde elas viviam e também pelos dados relativos à posse de escravos, que não se faziam presentes na maioria dos domicílios – e que, mesmo quando se faziam presentes, apareciam em pequena escala.

O conjunto das atividades (ou profissão) exercidas pelos chefes de domicílio pode ser tomado como mais um indício da situação econômica das unidades de moradia com crianças nas escolas. O conceito de fogo está ligado a um tipo de organização que vincula o domicílio ao mundo do trabalho. Na maioria das vezes, era a condição daquele que ocupava a chefia do fogo que determinava a atividade exercida pelos outros membros. Considerando essa situação, construímos um quadro com as atividades dos chefes dos domicílio que registraram crianças nas escolas elementares.

Para efetuar a classificação, consideramos o registro de ocupação contido nas listas nominativas, pois não temos uma visão dos processos de produção que permita uma classificação que possa reunir atividades profissionais que, a princípio, aparentam semelhança. Por exemplo, lavrador e roceiro são atividades próximas, mas não sabemos se dizem respeito à mesma forma de execução do ofício. Poderíamos reuni-las em

um mesmo grupo, mas correríamos o risco de igualar experiências que, no século XIX, eram distintas. Para evitar equívocos dessa natureza e também para preservar a diversidade de informações apresentadas em relação à ocupação, optamos por manter a designação encontrada nas listas nominativas.

Quadro 3 – Lista das ocupações dos chefes de domicílios com crianças nas escolas (%)

Fiadeira	18,3	Fazendeiro	1,2	Seleiro	0,5
Negociante	15,5	Feitor	1,0	Valetundinário	0,5
Agricultor	6,5	Fábrica	0,7	Boticário	0,2
Tecedeira	5,2	Oficial justiça	0,7	Caixeiro	0,2
Alfaiate	4,5	Administrador	0,7	Carapina	0,2
Mineiro	4,2	Ourives	0,7	Chapeleiro	0,2
Roceiro	3,7	Pedreiro	0,7	Cobrador	0,2
Sapateiro	3,7	Carniceiro	0,5	Contador	0,2
Costureira	3,2	Cirurgião	0,5	Deputado	0,2
Agência	2,7	Doente	0,5	Doceira	0,2
Jornaleiro	2,7	Faiscador	0,5	Escrivão	0,2
Lavrador	2,2	Advogado	0,5	Ferrador	0,2
Eclesiástico	2,0	Gov. doméstico	0,5	Lavadeira	0,2
Ferreiro	2,0	Juiz de paz	0,5	Madereiro	0,2
Tropeiro	1,7	Músico	0,5	Paneleira	0,2
Carpinteiro	1,7	Oleiro	0,5	Pecuarista	0,2
Rendeira	1,5	Professor	0,5	Pintor	0,2
Carreiro	1,2	Quitandeira	0,5	Santeiro	0,2
				Violeiro	0,2

Fonte: Listas nominativas de habitantes.

No quadro referente à ocupação, fica clara a diversidade de atividades exercidas pelos chefes de fogo, pois são, no total, 55 ofícios diferentes. Em meio a essa variedade, encontramos indivíduos ligados à administração pública, às profissões liberais (como deputado, juiz de paz e advogado) e também às atividades mais simples e que estavam ligadas ao trabalho na agricultura ou no espaço privado (lavradores, governo doméstico, lavadeiras). É preciso destacar que as atividades que aparecem com maior frequência estão ligadas às dimensões mais simples dos processos de produção e dos setores de serviços, o que indica que os indivíduos na

escola eram originários de grupos familiares cuja situação financeira não poderíamos chamar de privilegiada. A ausência de escravos na maioria dos fogos indicava isso, e o ofício exercido pelos chefes do domicílio também pode ser tomado como indício que aponta nessa mesma direção.

Outro aspecto interessante em relação aos ofícios é o fato de que apenas as cinco primeiras ocupações (fiadeiras, negociantes, agricultores, tecedeiras e alfaiates) respondem por 50% das atividades exercidas por aqueles que ocupavam a chefia dos domicílios. Talvez isso possa ser tomado como um indicativo de que havia um vínculo entre certos ofícios e os processos de escolarização. Isso nos parece válido no caso dos alfaiates, pois encontramos, com alguma regularidade, uma ligação entre os domicílios onde havia indivíduos exercendo esse ofício e a presença de crianças nas escolas.

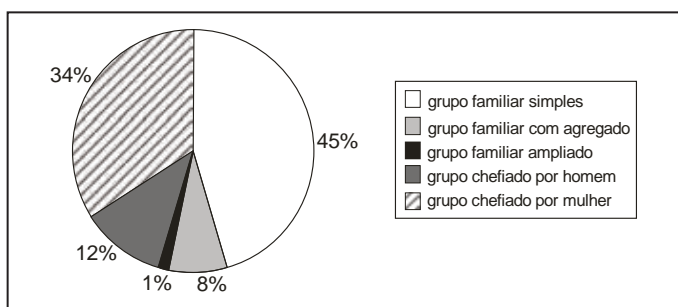
No caso dos agricultores e comerciantes a hipótese também é válida, mas, na verdade, esses termos são muito amplos e comportam uma variedade de atividades profissionais que não têm a mesma especificidade que o ofício de alfaiate. O termo “alfaiate” tem um sentido muito específico e designa atividade que tem uma representação relativamente clara, que construímos a partir da compreensão que temos dos procedimentos e processos envolvidos nessa atividade. O mesmo não podemos dizer dos negociantes, que podiam ser mascates, vendedores de imóveis, de escravos etc. Isso também se verifica em relação aos agricultores, que poderiam ser desde simples lavradores até donos de fazenda.

No caso das fiadeiras, que é a ocupação com maior número de chefes de domicílios com crianças nas escolas (18,3%), e das tecedeiras (5,2%), acreditamos que a supremacia está ligada à questão de gênero e não necessariamente ao ofício. Fiar e tecer eram atividades ligadas ao sexo feminino e não é comum encontrar na documentação homens exercendo essas atividades. Entretanto, o repertório de ofícios desenvolvidos por mulheres não era muito grande e elas se concentravam em algumas atividades, ao contrário dos homens, listados em vários ofícios. Dessa forma, não havia muitas possibilidades para as mulheres dessas regiões de Minas no mundo do trabalho e elas se concentravam em algumas atividades, dentre as quais se destacam as de tecedeira e de fiadeira.

Isto quer dizer que boa parte das mulheres que eram chefes dos domicílios e tinham ligação com indivíduos que se encontravam em processo de escolarização dedicavam-se a tarefas como fiar e tecer. Assim, podemos dizer que não era o ofício que determinava a inserção das crianças na escola, como no caso dos alfaiates, mas sim o gênero, pois, como veremos a seguir, parece que há uma conexão entre escolarização e mulheres chefes de domicílios. Dessa forma, a presença das fiadeiras e tecedeiras no rol das ocupações dos chefes de unidade de moradia é uma expressão do monopólio desses ofícios pelo sexo feminino e da relação entre as mulheres e a inserção de crianças nas escolas.

Isso pode ser visto no gráfico a seguir, no qual estão representados os domicílios classificados a partir das cinco categorias que apresentamos anteriormente, sendo que uma delas confere destaque aos domicílios chefiados por mulheres:

Gráfico 2 – Perfil dos domicílios com crianças nas escolas de primeiras letras



Fonte: Lista nominativa de habitantes.

A classificação dos fogos que possuíam indivíduos nas escolas revela que o domicílio de grupo familiar simples predominava, pois 45% das crianças viviam nesse tipo de domicílio. O tipo de domicílio que pode ser tomado como o mais próximo do modelo que, durante muito tempo, foi tido como padrão para a sociedade brasileira, ou seja, a patriarcal, que de certa forma se aproxima do modelo que classificamos como domicílio de grupo familiar ampliado e domicílio de grupo familiar com

agregado, responde por um pequeno percentual, respectivamente 1% e 8%. O número de famílias chefiadas por homens também não é muito grande (12%) e chama a atenção o percentual elevado de domicílios chefiados por mulheres, que obteve o índice de 34% dos domicílios com crianças nas escolas.

Há uma presença significativa das mulheres como chefes de domicílio no conjunto das onze listas nominativas: elas representam uma média de 36% da chefia dos domicílios de todos os distritos que utilizamos. Portanto, há uma proximidade entre a sua presença nas listas nominativas e o índice que registrou os domicílios com crianças na escola, pois 34% deles eram chefiados por mulheres.

A frequência com que as mulheres ocupavam a chefia dos domicílios vem chamando a atenção dos historiadores e, segundo Lewkowicz (1993, p. 13), há algumas tentativas de explicar esse fenômeno:

Com efeito, pesquisas realizadas para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais realçaram as combinações familiares que ficaram longe de legitimação, levando a conclusão de que os brasileiros não gostavam de casar e a sociedade acomodou-se a um estilo de vida em que a ilegitimidade tornou-se algo comum, acabando por aceitá-la. Há também a hipótese bastante interessante de que as relações em Minas não eram intencionalmente passageiras, pois o grande número de lares em que os chefes eram mulheres solteiras com filhos estava ligado a homens que, embora mantivessem vínculos com essas famílias, possuíam domicílios independentes. Não haveria, portanto, co-habitação, mas talvez vínculos financeiros e afetivos, moldando um tipo singular de família, chamada de fracionada.

Essa presença das mulheres na condição de chefe de domicílio e sua elevada incidência nos fogos com crianças nas escolas indicam que também em relação ao gênero havia uma correspondência entre o perfil da população e a presença na escola, ou seja, as mulheres aparecem com frequência na condição de chefia de domicílios e isso tinha reflexo no perfil dos indivíduos que se encontravam em processo de escolarização.

Portanto, os dados sobre mulheres chefes de domicílio também apontam para uma correspondência entre o perfil da população e o perfil

dos grupos que se encontravam nas escolas mineiras. No entanto, não podemos deixar de considerar que a questão de gênero deve ser objeto de pesquisas que analisem a possibilidade de as mulheres terem sido um dos grupos que percebeu a importância social da educação escolar, pois este também é um caminho para explicar esse número expressivo de mulheres à frente dos fogos que possuíam crianças nas escolas.

Conclusão

Há indícios que apontam para o fato de que, em Minas Gerais, havia uma aproximação entre os aspectos relativos à população e os grupos que estavam ligados aos processos de escolarização no nível elementar¹⁰. Isso é evidenciado a partir do perfil racial da população, que era majoritariamente composta por negros, e sua correspondência com o perfil da escola elementar, que também era predominantemente frequentada por crianças desse grupo racial. A aproximação entre o perfil da população e o dos grupos que gravitavam em torno da escola também se torna evidente quanto à posse de escravos e sua presença nos domicílios. O mesmo pode ser constatado em relação ao comportamento de segmentos específicos da população, como as mulheres chefes de domicílio, que era um grupo expressivo da população e possuía a mesma expressividade em meio aos domicílios com crianças nas escolas.

10. Neste artigo apresentamos apenas dados relativos à escola elementar, mas é preciso chamar a atenção para o fato de que essa correspondência entre os dados populacionais e o perfil das escolas está restrita a esse nível do ensino, pois quando consideramos o perfil dos domicílios daqueles que se encontravam no secundário há mudanças significativas. Ou seja, enquanto os alunos da instrução elementar eram majoritariamente negros, na escola secundária havia um predomínio dos brancos; havia escravos nos domicílios de todos os alunos do secundário e a sua presença se fazia em nível elevado, demonstrando que se tratava de unidades de moradia que podem ser classificadas como correspondentes às da elite da sociedade mineira. Portanto, embora não possamos apresentar nos limites deste texto os dados relativos a esta situação, é preciso registrar que havia uma inversão no perfil dos grupos que acesavam a escola elementar e a escola secundária nas Minas Gerais do século XIX.

Os aspectos relacionados a esse comportamento de segmentos, como os negros e a mulheres chefes de domicílio, podem estar apontando para mais uma das dimensões singulares da sociedade mineira. Negros e mulheres estavam entre os grupos mais discriminados dentro da sociedade mineira oitocentista e podem ter sido exatamente eles os primeiros a perceber a importância da escolarização, e de alguma forma podem ter tentado se valer dessa estratégia como instrumento de afirmação no espaço social. As pesquisas em relação a esse tipo de comportamento necessitam de um aprofundamento que considere a possibilidade de que alguns grupos sociais perceberam a escolarização de forma diferenciada e isso teria determinado a construção de estratégias específicas para a inserção na cultura letrada.

Documentos consultados

LISTA nominativa dos habitantes de Bom Fim. Arquivo Público Mineiro, Fundo Presidente de Província. Documentos microfilmados, rolo 2, caixa 6, doc. 15.

LISTA nominativa dos habitantes de Cachoeira do Campo. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 1, caixa 1, pacotilha 9.

LISTA nominativa dos habitantes de Caeté. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 6, caixa 2, pacotilha 9.

LISTA nominativa dos habitantes de Catas Altas. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 7, caixa 18, doc. 9.

LISTA nominativa dos habitantes de Itaverava. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 2, caixa 4, pacotilha 21.

LISTA nominativa dos habitantes de Matosinhos. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 6, caixa 11, pacotilha 7.

LISTA nominativa dos habitantes de São Bartolomeu. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 1, caixa 1, pacotilha 1.

LISTA nominativa dos habitantes de Passagem de Mariana. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 7, caixa 17, doc. 5.

LISTA nominativa dos habitantes de Redondo. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 2, caixa 3, pacotilha 26.

LISTA nominativa dos habitantes de Santa Luzia. Arquivo Público Mineiro, Fundo Presidente de Província. Documentos microfilmados, rolo 13, caixa 35, doc. 4.

LISTA nominativa dos habitantes de São Gonçalo. Arquivo Público Mineiro, Inventário Sumário dos Mapas de População. Documentos microfilmados, rolo 2, caixa 2, pacotilha 18.

Referências bibliográficas

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1880)*. Bauru: EDUSC, 2004.

BOTELHO, Tarcísio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: ABEP – XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. CD-ROM.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, USP, São Paulo, 1977.

FONSECA, Marcus V. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LASTER, Peter. Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, Maria L. (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. In: *História*. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade (coord.). Estrutura e dinâmica da população mineira no século XIX. *Relatório de pesquisa*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1989.

_____. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde et. al. População de Minas Gerais no século XIX e novos estudos sobre escravidão. *Relatório de pesquisa*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*. Goiânia: Departamento de História, UFG, v. 2, n. 2, 1997.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000. CD-ROM.

Endereço para correspondência:
Rua Itacoatiara, 427/303
Sagrada Família
Belo Horizonte – MG
CEP 31035-400
E-mail: mvfonseca@bol.com.br

Recebido em: 14 jan. 2009
Aprovado em: 19 maio 2009